



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo
Departamento de Políticas Penais
Superintendência dos Serviços Penitenciários
Departamento de Tratamento Penal

Minuta do plano estadual de trabalho no sistema penal
(Vigência 2024-2026)

Porto Alegre/RS
2024



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SISTEMA PENAL E SOCIOEDUCATIVO
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PENAIS
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE TRATAMENTO PENAL**

**PLANO ESTADUAL DE TRABALHO NO SISTEMA PENAL
(Vigência 2024-2026)**

Porto Alegre, Setembro de 2024

Glossário

- LEP - Lei de Execução Penal

- CAGE-Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
- SSPS- Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo
- SUSEPE- Superintendência dos Serviços Penitenciários
- LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais e Assexuais
- CLT- Consolidação das Leis do Trabalho
- PROCAP- Programa de Capacitação Profissional
- SENAPPEN- Secretaria Nacional de Políticas Penais
- RS - Rio Grande do Sul
- Nº- número
- OSCs - Organizações da Sociedade Civil
- PNAT - Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional
- TCE- Tribunal de Contas do Estado
- DTP-Departamento de Tratamento Penal
- DA Departamento Administrativo
- DTI Departamento de Tecnologia e Informação
- CTC- Certidão de Tempo de Contribuição
- TRE- Tribunal Regional Eleitoral
- TRT- Tribunal Regional do Trabalho
- TJ - Tribunal de Justiça
- TJRS- Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
- CNJ- Conselho Nacional de Justiça
- MPT- Ministério Público do Trabalho
- SUEPRO – Superintendência de Educação Profissional do Rio Grande do Sul
- EPIs - Equipamentos de Proteção Individual
- PROCAP- Programa de Implantação de Oficinas Produtivas Permanentes
- Sisdepen -Sistema Nacional de Informações Penais
- PEC- Proposta de Emenda à Constituição

- DPLAN Departamento de Planejamento
- DEPEN Departamento Penitenciário Nacional
- SME- Sistema de Monitoramento Estratégico
- BI- Inteligência empresarial
- CONSPEN- Conselho Penitenciário
- SJSPS- Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo

1. INTRODUÇÃO

O Plano do Estado do Rio Grande do Sul pelo Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Prisional objetiva estabelecer diretrizes que visem à inclusão social da pessoa presa e egressa por meio do trabalho, nos termos da Lei de Execução Penal – LEP nº 7.210/84, com amparo na Constituição Federal, além da Instrução Normativa CAGE Nº 06, de 27 de dezembro de 2016 e Instrução Normativa CAGE Nº 05, de 27 de dezembro de 2016. Também se baseou na Nota Técnica n.º 28 do Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional.

A Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo - SSPS designou a composição da Comissão para formulação do Plano Estadual do Trabalho e Renda no Âmbito do Sistema Prisional, por meio de Portaria Conjunta SSPS/SUSEPE.

1.1. HISTÓRICO DO TRABALHO PRISIONAL

A Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo - SSPS foi criada pela Lei de nº 15.934, de 1º de janeiro de 2023, com as atribuições de promover, normatizar e executar a política penal no Estado.

A Superintendência dos Serviços Penitenciários SUSEPE, em transição para a Polícia Penal é um órgão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à SSPS. Estruturada pela Lei nº 5.745, de 28 de dezembro de 1968, é responsável por planejar e executar a política penitenciária do Estado. A SSPS/SUSEPE, através do Departamento de Políticas Penais e do Departamento de Tratamento Penal/Divisão Trabalho Prisional, tem por finalidade elaborar, monitorar e implementar a política de trabalho prisional, a partir da utilização da mão de obra prisional, criação de espaços para desenvolvimento de atividades laborais e de aprendizagem profissional. Essa política tem como objetivo a inclusão social da pessoa presa em ações de cidadania, responsabilidade social e geração de renda, bem como a capacitação dos Policiais Penais sobre a temática.

Diferentemente da maioria dos outros estados brasileiros, o Rio Grande do Sul conta não apenas com Agentes Penitenciários de segurança em seu quadro de servidores, mas também com equipes de Técnicos Superiores Penitenciários e Agentes Penitenciários Administrativos, servidores concursados de carreira todos atuantes em atividades diretas e indiretas da execução penal.

Destacamos também que a SUSEPE, desde sua criação, não utiliza mão de obra terceirizada para atividades diárias de manutenção geral dos Estabelecimentos Prisionais, sendo estas, então, desempenhadas pelas pessoas privadas de liberdade. Além da remição de pena, o trabalho interno oportuniza ocupação produtiva e qualificação profissional. Atualmente o Estado do Rio Grande do Sul conta com 114 estabelecimentos prisionais, distribuídos em dez

regiões penitenciárias. Em todos os estabelecimentos, com exceção das unidades hospitalares de custódias, existem atividades de trabalho, sendo elas remuneradas ou não.

A utilização de mão de obra prisional por parte de empresas e órgãos públicos é formalizada através de termo/acordo de cooperação, uma forma de convênio que possibilita que estes parceiros ofertem, trabalho remunerado e qualificação profissional às pessoas privadas de liberdade, aliando as necessidades de competitividade e solução da escassez de mão de obra no mercado de trabalho.

1.2. POPULAÇÃO PRISIONAL E DADOS DO TRABALHO

REGIMES/MEDIDAS	QUANTIDADE ATUAL	QUANTIDADE ATUAL EM ATIVIDADES LABORAIS	QUANTOS REMUNERADOS?
Fechado	18.932	7.602	798
Provisório	14.654	1.580	192
Semiaberto	10.188	3.537	1.796
Aberto	1.212	442	396
Alternativas penais	-	-	-
Monitoração eletrônica	9.493	1.931	1.103
Medida de segurança	115	0	0
Egresso		-	-

Data de referência: Agosto/2024

1.3. UNIDADES PENAIS

Atualmente, o Estado conta com 105 unidades prisionais físicas distribuídas em 77 municípios gaúchos, além de 09 unidades de monitoramento eletrônico. Das 105 unidades físicas, 57 são presídios masculinos, 4 são presídios femininos, 20 são penitenciárias masculinas, 1 penitenciária feminina, 15 institutos penais, sendo um exclusivamente feminino, 1 cadeia pública, 1 colônia agroindustrial, 2 hospitais de custódia, 1 instituto psiquiátrico forense, 1 unidade de segurança máxima e um núcleo estratégico de entrada no sistema prisional.

Sobre o grupo de vulnerabilidade acrescida, temos:

REGIMES / MEDIDAS	GRUPOS	QUANTIDADE DE PESSOAS	QUANTIDADE EM ATIVIDADES LABORAIS
Fechado	Mulheres	800	339
	LGBTQIA+	265	58
	Indígenas	43	13
	Idosos	512	197
	Pessoas com Deficiência	70	14
	Estrangeiros	37	13
Provisório	Mulheres	660	180
	LGBTQIA+	153	34
	Indígenas	28	15

	Idosos	149	37
	Pessoas com Deficiência	15	1
	Estrangeiros	50	11
Semiaberto	Mulheres	178	70
	LGBTQIA+	27	14
	Indígenas	3	1
	Idosos	137	97
	Pessoas com Deficiência	14	4
	Estrangeiros	8	4
Aberto	Mulheres	13	6
	LGBTQIA+	1	1
	Indígenas	0	0
	Idosos	3	1
	Pessoas com Deficiência	0	0
	Estrangeiros	2	1
Alternativas Penais	Mulheres	556	341
	LGBTQIA+	3	0
	Indígenas	2	2
	Idosos	134	60
	Pessoas com Deficiência	75	25
	Estrangeiros	2	1
Monitoração Eletrônica	Mulheres	1010	163
	LGBTQIA+	14	6
	Indígenas	27	5
	Idosos	474	71
	Pessoas com Deficiência	59	11
	Estrangeiros	14	2
Medida de Segurança	Mulheres	5	0
	LGBTQIA+	3	0
	Indígenas	0	0
	Idosos	5	0
	Pessoas com Deficiência	111	1
	Estrangeiros	1	1
Egressos – atendidas pelo Escritório Social	Mulheres	22	13
	LGBTQIA+	2	0
	Indígenas	0	0
	Idosos	5	2
	Pessoas com Deficiência	0	2
	Estrangeiros	0	0

Data de referência: agosto/2024

1.4. EIXOS DE ATUAÇÃO PARA O FOMENTO DA POLÍTICA DO TRABALHO

O Rio Grande do Sul atua em diversos eixos para fomentar a política de trabalho no Sistema Prisional. Esses eixos incluem: parcerias com a iniciativa privada (trabalho interno ou externo); parcerias com municípios (trabalho externo); parcerias com órgãos estaduais (trabalho externo); oficinas próprias e a utilização da mão de obra de presos para manutenção e conservação da própria unidade prisional. Atualmente, a SSPS/SUSEPE possui parcerias com 164 empresas, com 81 municípios e com 20 órgãos estaduais.

Como forma de qualificar a oferta de vagas de trabalho, o Estado vem empenhando-se em expandir parcerias com entidades privadas e públicas, por meio da formalização de termos de cooperação, nos quais a pessoa presa, além da remição da pena, tem a sua mão de obra qualificada e remunerada. A oferta de vagas de trabalho ocorre através do interesse do conveniente, da estrutura física disponível nos estabelecimentos prisionais e do quadro funcional disponível para a condução das atividades de trabalho.

1.5. SOBRE SEGURANÇA OCUPACIONAL E TRABALHO DECENTE

O Sistema Penal do Rio Grande do Sul busca estar de acordo com os protocolos de segurança ocupacional, tendo em seus termos de cooperação a previsão que o partícipe forneça todos os materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho, inclusive os equipamentos de proteção individual. Atualmente, encontra-se em elaboração uma nova proposta de minuta padrão de pactuação, a qual contemplará as questões relacionadas aos investimentos em segurança ocupacional e trabalho decente. A proposta está sendo elaborada por uma comissão especial, composta por servidores das diversas áreas envolvidas com a temática.

Ainda, todos os instrumentos pactuados possuem a previsão de fiscalização. Tal previsão é composta a partir de designação da gestão dos Estabelecimentos Prisionais e tem como objetivo observar e fiscalizar todas as previsões pactuadas, inclusive as condições de salubridade, ergonomia, entre outras relacionadas às boas condições de trabalho.

Um diferencial do Estado do Rio Grande do Sul é a parceria com o Banrisul, que disponibiliza uma modalidade de conta corrente, denominada “Cartão Reinserção”. Essa modalidade específica é destinada a este público e possibilita movimentações financeiras e pagamentos direto ao trabalhador. O pagamento da remuneração por parte dos parceiros ocorre via guia de pagamento da Secretaria da Fazenda, emitida no site da Polícia Penal. O Departamento Administrativo faz a gestão dos pagamentos, depositando diretamente na conta dos trabalhadores.

Embora a Constituição Federal garanta a previdência social como direito, não há atualmente uma política específica para a previdência social dos que trabalham intramuros no sistema prisional, de forma que não há descontos na remuneração para a contribuição

previdenciária. Em relação aos trabalhos externos, sob o regime CLT, a contribuição é realizada pela empresa contratante, conforme as legislações vigentes.

1.6. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS PRESOS

A qualificação profissional ocorre de diversas formas através dos processos de parcerias de utilização de mão de obra prisional na fase de preparação ao trabalho prisional. São ofertados, pelas empresas parceiras, cursos de qualificação profissional de acordo com a atividade a ser desenvolvida. A partir desta, são selecionados os perfis que mais se destacam e demonstram aptidão à prática profissional proposta. Dessa forma, um número expressivo de pessoas privadas de liberdade é capacitado a cada parceria formalizada.

De igual forma os Estabelecimentos Prisionais também desenvolvem atividades pontuais de qualificação profissional, a partir de iniciativas locais de acordo com a demanda de mercado.

O Programa de Capacitação Profissional (PROCAP), ofertado pela SENAPEN, é um importante aliado na oferta de qualificação profissional. O Rio Grande do Sul aderiu a 3 ciclos do programa, referentes aos anos de 2012, 2015 e 2019, em que foram ou estão sendo desenvolvidas 21 oficinas de inclusão produtiva.

ORIGEM DO RECURSO	VALOR GLOBAL	VALOR EXECUTADO	% EXEC	QTD Oficinas e/ou Unidades Produtivas	Pessoas capacitadas (qtd)	Vagas de trabalho (qtd)
CONVÊNIO PROCAP/2012	R\$ 371.618,81	R\$ 219.209,80	58,98	2	60	0
CONVÊNIO PROCAP/2015	R\$ 1.028.024,76	0	0	0	0	0
CONVÊNIO PROCAP/2019	R\$ 4.044.976,24	0	0	0	0	0
TOTAL	R\$ 5.444.619,81	R\$ 219.209,80	58,98	2	60	0

1.7. REDE PARCEIRA

Os principais colaboradores da SSPS/ SUSEPE no estímulo ao trabalho nos estabelecimentos penais incluem a iniciativa privada, o Poder Judiciário, organizações da sociedade civil, órgãos públicos, Conselhos da Comunidade, o Sistema “S”, entidades religiosas, além de Instituições de Ensino, que investem principalmente em iniciativas para capacitação e preparação para o mercado de trabalho.

1.8. DESAFIOS PARA IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE TRABALHO

O desenvolvimento de políticas de trabalho no sistema penal de RS enfrenta diversas barreiras, principalmente devido ao estigma social e aos desafios estruturais e institucionais. Estabelecimentos penais muitas vezes não possuem instalações adequadas para oficinas, treinamentos e atividades produtivas e possuem limitações de movimentação e de estruturas, sobretudo as de capacidade

energética, geralmente insuficientes para suportar essas demandas. Além disso, a implementação de programas de trabalho deve assegurar que as atividades não comprometam a segurança interna das unidades prisionais, o que representa um desafio logístico e operacional significativo.

1.9. NORMATIVAS VIGENTES ACERCA DA POLÍTICA DO TRABALHO

As referências legais para a elaboração do Plano são aquelas utilizadas para permear o desenvolvimento das Atividades Laborais no Estado:

- Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, denominada Lei de Execução Penal, nos artigos 28 ao 37 e seus respectivos incisos.
- Decreto 9.450/2018 - Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional;
- Portaria Interministerial nº 3, de 11 de setembro de 2018 - Dispõe sobre o procedimento de contratação de mão de obra formada por pessoas presas ou egressas do sistema prisional, em atendimento ao disposto nos arts. 5º e 6º do Decreto nº. 9.450, de 24 de julho de 2018;
- Lei nº 5.741, de 24 de dezembro de 1968, que cria o Fundo Penitenciário e dá outras providências.
- Lei nº 5.745, de 28 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a estrutura da Superintendência dos Serviços Penitenciários da Secretaria do Interior e Justiça, regula seu funcionamento e dá outras providências.
- Decreto nº 21.213, de 29 de julho de 1971, que regulamenta a Lei nº 5.741, de 24 de dezembro de 1968, que criou o Fundo Penitenciário do Rio Grande do Sul.
- Instrução Normativa CAGE Nº 06, de 27 de dezembro de 2016;
- Instrução Normativa CAGE Nº 05, de 27 de dezembro de 2016,
- LEI Nº 15.855, DE 21 DE JUNHO DE 2022, que disciplina e institui os Fundos Penitenciários Rotativos Regionais do Estado do Rio Grande do Sul.

2. OBJETIVOS DO PLANO

- Ampliar programas, projetos, ações e atividades setoriais de reinserção social;
- Qualificar profissionalmente as pessoas privadas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto, a fim de proporcionar sua incorporação no mercado de trabalho e a reinserção no meio social;

- Ampliar a oferta de vagas de trabalho no sistema prisional, pelo poder público, pela iniciativa privada e pelas OSCs;
- Assegurar os espaços físicos adequados às atividades laborais e de formação profissional e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais;
- Viabilizar as condições para o aprimoramento dos fluxos interno e externo de oferta de vagas de trabalho no sistema prisional;
- Realizar capacitação continuada dos servidores que atuam no sistema prisional quanto às especificidades e à importância da atividade laborativa;
- Fomentar a oferta trabalho prisional para grupos específicos;
- Regulamentar procedimentos e dispositivos legais sobre o trabalho prisional no Estado.

3. AÇÃO POR EIXOS

GESTÃO	Ação	Cronograma	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
Ausência de padronização de processos	Criar um manual de trabalho prisional estadual (interno e externo)	2025-2026	SSPS/Polícia Penal	SSPS/Polícia Penal
Falta de legislação específica para política do trabalho	Propor e elaborar a Política Estadual de Trabalho Estadual (PNAT Estadual)	2025	SSPS/Polícia Penal	Não se aplica
Falta de espaço adequado para oficinas de trabalho.	Fomentar reforma e construção de espaços para as oficinas de trabalho no regime	2024-2026	SSPS/Polícia Penal	SSPS/Polícia Penal

Impossibilidade de comercialização de itens produzidos	Propor a Regulamentação do Fundo Rotativo, considerando a Lei nº 15.855 aprovada no Estado, em 21 de junho de 2022	2024-2026	SSPS/Polícia Penal/Casa Civil/TCE	SSPS/Polícia Penal
Não destinação do recurso Fundo a Fundo ao Trabalho Prisional	Propor inclusão de projetos para a política de trabalho prisional	2025	SSPS/Polícia Penal	Não se aplica
Baixa oferta de formação continuada aos policiais penais sobre política de trabalho prisional	Formação continuada sobre a política de trabalho prisional (ex: Seminário, Encontro Estadual, /Evento Selo Resgata);	2025-2026	SSPS/Polícia Penal	SSPS/Polícia Penal
Ausência de um sistema de controle unificado de trabalho prisional	Propor desenvolvimento de um sistema informatizado de trabalho prisional	2025-2026	Polícia Penal/ DTP/ DA/DTI	
Inexistência de regulamentação da CTC	Publicação da CTC	2025	SSPS/Polícia Penal	SSPS/Polícia Penal
Ausência de previsão de vagas de trabalho para população egressa nos editais dos Tribunais Estaduais (TRE, TRT e TJ)	Elaboração e publicação da parceria entre a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo, a Polícia Penal e o TRE, TJ e TRT.	2024	SSPS/Polícia Penal, TJRS, TRE, TRT, CNJ, MPT	Não se aplica

PROJETOS NACIONAIS	Ação	Cronograma	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
Inexistência Projeto Dignidade Menstrual	Implementação em 1 Presídio Regional de Caxias do Sul, 1 Presídio Feminino de Rio Pardo, 1 Penitenciária Feminina de Guaíba e 1 Penitenciária Estadual de Rio Grande. Aquisição de insumos. Certificação por órgãos competentes. Distribuição para as Unidades Penais	2024-2026	SSPS/Polícia Penal/Municípios	SENAPPEN/ Tesouro estadual

Inexistência do Projeto Malharia Social	Implementação de 1 oficina no Instituto Penal de Passo Fundo.	2024-2026	SSPS/Polícia Penal/Municípios	SENAPPEN/ Tesouro estadual
Falta do Projeto Cidade Digna	Implementação de 01 oficina na Colônia Penal Agrícola de Charqueadas, 01 Penitenciária Estadual de Rio Grande, 01 Presidio Regional de Santo Ângelo, 01 Penitenciária Estadual de Caxias do Sul.	2024-2026	SSPS/Polícia Penal/Municípios	SENAPPEN- Tesouro estadual

ESTRUTURA FÍSICA	Ação	Cronograma	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
Unidades sem espaço para trabalho prisional	Propor adequação de espaço no Complexo Prisional de Canoas	2025	SSPS/Polícia Penal/Municípios	SENAPPEN- Tesouro estadual
Unidades prisionais sem espaço para trabalho prisional	Propor a construção de 01 espaços de trabalho laboral na Cadeia Pública de Porto Alegre.	2025	SSPS/Polícia Penal/Municípios	SENAPPEN- Tesouro estadual

GRUPOS DE VULNERABILIDADE ACRESCIDA	Ação	Cronograma	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
Baixo quantitativo de mulheres trabalhando nas unidades prisionais mistas	Fomentar a inclusão de mulheres nas ligas laborais internas em unidades mistas	2024-2026	SSPS/Polícia Penal/Municípios	-
Baixo nº de convênios com destinação de vagas para mulheres presas	Propor a pactuação de 2 Termos de Cooperação com vagas para mulheres privadas de liberdade	2024-2026	SSPS/Polícia Penal/Municípios	-

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Ação	Cronograma	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
Baixa quantidade de pessoas privadas de liberdade qualificadas	Fomentar cursos de qualificação de acordo com as necessidades do mercado em cada região quais penitenciária.	2024-2026	SSPS/Polícia Penal/Universidades/ Sistema S/SUEPRO	-XXXX

SEGURANÇA OCUPACIONAL E TRABALHO DECENTE	Ação	Cronograma	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
Baixa quantidade de equipamento de proteção individual ao trabalho	Articular a abertura de processo de aquisição de EPIs para atender os trabalhadores em exercício, criação de protocolos de segurança do trabalho para a criação de normativas	2025	SSPS/Polícia Penal	-
Ausência de apólice de seguro de vida e de acidentes de trabalho para o público beneficiário do sistema penal envolvido em atividades laborais	Propor a contratação de instituição credenciada para cada trabalhador prisional remunerado.	2025	SSPS/Polícia Penal	-
Uso inadequado de equipamentos de proteção por parte das pessoas privadas de liberdade	Formar os fiscais dos convênios para atuarem na fiscalização do uso dos EPIs	2025-2026	SSPS/Polícia Penal	-
Ausência de informação sobre a agenda do trabalho decente	Elaborar cartilha orientativa sobre o trabalho decente direcionada aos parceiros, servidores e aos trabalhadores	2025	SSPS/Polícia Penal	Tesouro estadual
Baixa remuneração	Propor a normatização dos valores de 75% do salário-mínimo para o regime fechado e 100% ou mais do salário-mínimo para regime semiaberto.	2024	SSPS/Polícia Penal/Municípios	-

EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL	Ação	Cronograma	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
Baixa destinação dos recursos do fundo a fundo para a política de trabalho	Propor a inclusão do Departamento de Políticas Penais/SSPS e do Departamento de Tratamento Penal/Divisão de Trabalho Prisional/Polícia Penal no	2024	SSPS/Polícia Penal	Não se aplica

	planejamento da destinação do recurso			
Carência de sensibilização acerca da importância da sustentabilidade do PROCAP	Promover a sensibilização dos envolvidos na política do trabalho acerca das possibilidades de sustentabilidade do PROCAP	2024-2026	SSPS/Polícia Penal	Não se aplica

4. INDICADORES E METAS

Indicador	Meta
Nº de pessoas em atividades laborais	-Aumentar em 50% (6.118) o número de pessoas em atividades laborais até 2026. População Sisdepen 2023/2: 12.235 Meta 2024: 1.288 em atividade laboral Meta 2025: 1.830 em atividade laboral Meta 2026: 3.000 em atividade laboral
Nº de espaços/galpões multiuso	-Construir 2 espaços para atividades laborais até 2026 Meta 2025: 01 (Cadeia Pública de Porto Alegre) Meta 2026: 01 (Complexo Prisional de Canoas)

SISTEMA PENAL	QUANTIDADE ATUAL EM ATIVIDADE LABORAL (Sisdepen 2023) 12.205	ATIVIDADE LABORAL META 2024 –	ATIVIDADE LABORAL META 2025	ATIVIDADE LABORAL META 2026	TOTAL 18.307,5
Pessoas em cumprimento de pena no regime fechado	6728	7.228	8.028	9.184	
Provisórios	1418	1.718	2.328	3.128	
Pessoas em cumprimento de pena no regime semiaberto	2.335	2.735	2.835	3.035	
Pessoas em cumprimento de pena no regime aberto	189	289	339	389	
Pessoas em alternativas penais	-	10	30	100	
Pessoas em monitoração eletrônica	1.535	1.715	2.033	2.383	
Pessoas em medida de Segurança	-	-			

Pessoas egressas	-	10	30	60	
					18.307,5

Fonte: DTP e DPLAN

5. LIMITAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

São diversos os desafios para que as metas do plano sejam alcançadas, entre elas, a modernização do sistema de gestão é essencial, permitindo assim, a coleta, armazenamento e o compartilhamento eficiente de dados e informações em tempo real. Além disso é necessário que haja uma mudança cultural e organizacional para garantir que todos os colaboradores estejam alinhados com essa abordagem integrada.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Para que o monitoramento e avaliação do plano sejam executados com sucesso, inicialmente iremos construir formas de divulgação do plano, publicizando para pessoas presas e egressas, servidores da SSPS, Polícia Penal, e demais parcerias, através de 4 estratégias:

- Assinatura do plano, em evento público, entre o Secretário da Administração Penitenciária com a participação da COATR/DEPEN;
- Divulgação na Intranet e sites da SSPS/Polícia Penal da íntegra do plano e demais mídias;
- Divulgação das informações sobre o alcance das metas e objetivos;
- Monitoramento e Avaliação do Plano pelo SME, com extração e análise via BI, através da equipe gestora;
- Registro da análise técnica anual do BI pela equipe gestora.

O monitoramento e a avaliação do plano serão realizada de forma integrada entre a SJSPS, SUSEPE e CONSPEN, através de reuniões periódicas, com calendário pré- estabelecido, para acompanhamento das metas, rodas de conversas virtuais, auto avaliação participativa de cada estabelecimento envolvido na meta, mapeamento de experiências exitosas.

A Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativos e Polícia Penal utilizarão o SME – Sistema de Monitoramento Estratégico da Governança que é uma ferramenta de gestão do Estado do Rio Grande do Sul o qual permite o registro de indicadores, entregas e projetos de Governo, tendo como objetivo proporcionar a transversalidade, transparência, o controle e a eficiência. Realiza-se o acompanhamento, monitoramento das ações, metas e estratégias do plano, com periodicidade para cada membro responsável na gestão da execução das metas/ações preencher. Também, a extração e criação de um BI para análise e avaliação do Plano.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo e a Polícia Penal consideram o Plano Estadual uma ferramenta essencial para o gerenciamento e implementação da Política de Trabalho Prisional nos diferentes regimes. O Plano reuniu diagnóstico, metas, indicadores e monitoramento que direcionarão a implementação e qualificação desta atividade.

7. ANEXOS

Os anexos constam no OneDrive, conforme relação abaixo:

- LEI Nº 15.855, DE 21 DE JUNHO DE 2022, que disciplina e institui os Fundos Penitenciários Rotativos Regionais do Estado do Rio Grande do Sul; [Lei Ordinária 15855 2022 do Rio Grande do Sul RS \(leisestaduais.com.br\)](https://leisestaduais.com.br/lei/15855-2022-do-rio-grande-do-sul-rs)
- Monitoramento (Sistema de Monitoramento Estratégico);